

para a prática dos seguintes actos, cumulativamente aos anteriores, já delegados:

«1.6 — Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de € 1 500 000, nos termos dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e realizar todas os actos necessários com vista à realização dessa despesa, assim como as devidas autorizações dos pagamentos correspondentes;

3.1 — Tomar as providências necessárias à conservação do património, designadamente autorizar todas as despesas até ao montante de € 1 500 000 previsto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, com obras de construção, beneficiação, ampliação ou remodelação das instalações em execução do plano de acção, assim como as obras de simples conservação e reparação e beneficiações das instalações e do equipamento;

3.6 — Escolher o tipo de procedimento a adoptar nos casos do n.º 2 do artigo 79.º e do n.º 1 do artigo 205.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

3.7 — Designar os jurís e delegar a competência para proceder à audiência prévia, mesmo nos procedimentos de valor superior ao agora delegado;

3.8 — Proceder à prática dos actos consequentes ao do acto de autorização da escolha e início do procedimento cujo valor não exceda o agora delegado, mesmo relativamente a procedimentos cujo início foi autorizado por membro do Governo em data anterior à do presente despacho;

3.9 — Conceder adiantamentos a empreiteiros e fornecedores de bens e serviços desde que cumpridos os condicionalismos previstos nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e no artigo 214.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.»

Esta deliberação produz efeitos a 22 de Dezembro de 2003, ficando por este meio ratificados todos os actos que no âmbito dos poderes delegados hajam sido praticados.

15 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Vasco Rui Rodrigues de Noronha Trancoso*.

Direcção-Geral da Saúde

Despacho n.º 14 530/2007

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), veio o Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, determinar a reorganização dos serviços centrais do Ministério da Saúde que integram a respectiva estrutura.

O modelo organizativo adoptado para a Direcção-Geral da Saúde veio a ser aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 66/2007, de 29 de Maio, que definiu a respectiva missão, especificou as inerentes atribuições e o tipo de organização interna, assente num modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 644/2007, de 30 de Maio, foi estabelecida a estrutura nuclear da nova Direcção-Geral da Saúde, sendo definidas as competências das respectivas unidades orgânicas.

O número máximo de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares da mesma Direcção-Geral da Saúde foi alvo de fixação através da Portaria n.º 660/2007, de 30 de Maio.

Pelo meu despacho n.º 11 518-A/2007, de 11 de Junho, proferido ao abrigo dos n.ºs 5 e 8 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, foram criadas as unidades orgânicas flexíveis que integram a estrutura da Direcção-Geral da Saúde, bem como as equipas multidisciplinares.

Assim, e considerando que na sequência desta reestruturação cessam as situações dos titulares de cargos dirigentes sendo, portanto, necessário proceder à nomeação de novos titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau para as unidades flexíveis agora criadas, a fim de garantir o normal funcionamento das mesmas;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Nomeio, em regime de substituição, a chefe de serviço da carreira médica de saúde pública do quadro da Direcção-Geral da Saúde licenciada Marina de Lourdes Pires Ramos do Nascimento no cargo de chefe de divisão de Promoção da Qualidade Clínica, dado ser detentora de aptidão e competência técnica para o exercício de tais funções, como decorre da nota curricular anexa ao presente despacho.

A presente nomeação produz efeitos a 11 de Junho de 2007, ficando a nomeada autorizada a optar pelo vencimento da sua categoria de origem, nos termos do n.º 3 da lei citada.

11 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Francisco George*.

Nota curricular

Identificação:

Marina de Lourdes Pires Ramos do Nascimento;
Data de nascimento — 20 de Dezembro de 1952, no concelho de Mirandela.

Formação académica:

1981 — licenciatura em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa;
1985-1988 — internato complementar de saúde pública;
1989-1990 — curso de Hidrologia e Climatologia, Instituto de Hidrologia, de Lisboa.

Formação profissional:

1990 — provida como assistente de saúde pública no Centro de Saúde de Alcochete, Setúbal, assumindo as funções de autoridade de saúde desse concelho, a chefia dos serviços de planeamento e controlo e de saúde ocupacional;

1992 — obteve o grau de especialista da carreira médica de saúde pública e foi requisitada para a Direcção-Geral da Saúde, assumindo as funções de coordenação das áreas de hidrologia e hidroterapia e de nutrição e higiene dos alimentos, posteriormente abrangidas pela Divisão de Saúde Ambiental, Direcção de Serviços de Saúde Pública;

1994 — III Ciclo de Estudos Especiais em Administração da Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública;

1995 — obteve o grau de consultor da carreira médica de saúde pública e a categoria de assistente graduada;

1995-1997 — designada autoridade de saúde para fins de assessoria do director-geral da Saúde;

1999 — concurso e provimento para o quadro da Direcção-Geral da Saúde;

2004 — chefia da Divisão de Planeamento e Normalização, da Direcção de Serviços de Planeamento, cuja coordenação assume desde 2002;

2007 — obteve a categoria de chefe de serviço da carreira médica de saúde pública.

Experiência profissional:

Representa o Ministério da Saúde, Direcção-Geral da Saúde, em diversas comissões e conselhos, nomeadamente as comissões para a segurança de serviços e bens de consumo, de avaliação toxicológica dos aditivos alimentares (CATA), de higiene dos alimentos, Conselho Consultivo de Alimentação Animal (CCAA) e Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN);

Participa na equipa de projecto que coordenou a elaboração do Sistema de Informação em Saúde Ambiental (SISA);

Representa o serviço de planeamento, nos grupos de coordenação interdepartamental para o lançamento dos novos hospitais em parceria PP, no sistema de pontos focais para elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), na comissão de acompanhamento do Plano Nacional de Luta contra a Dor e no grupo de trabalho que elaborou o projecto do Programa Nacional de Cuidados Paliativos;

Acompanha o projecto da Carta de Equipamentos da Saúde e integra a comissão de acompanhamento das unidades de saúde privadas — equipamentos que emitem radiações ionizantes;

Coordena e acompanha grupos de trabalho, nomeadamente, para elaboração das redes de referênciação, para definição do conceito, conteúdo, estrutura, organização e financiamento do Hospital de Dia, para elaboração do documento *TELEMEDICINA — Recomendações para o Seu Desenvolvimento*;

Colabora nos estudos para a definição do perfil assistencial dos novos hospitais a construir, nomeadamente de Loures, Cascais, Braga e Vila Franca de Xira, Todos-os-Santos e Algarve;

Efectua e participa em várias acções de formação, tendo sido formadora, nomeadamente, nos cursos ministrados para os profissionais dos hospitais das várias Regiões de Saúde, integrados no projecto da CES, instrumentos para operacionalizar o Plano Nacional de Saúde;

Participa/frequenta vários cursos, nomeadamente de Epidemiologia Ambiental — Public Health Assessment Training Course, ASTDR, EUA, em colaboração com a Universidade do Porto, 1995, e de Formação em Codificação Clínica CID-9-MC — IIGF, 2002;

Elabora e participa na elaboração de vários trabalhos, alguns dos quais foram comunicados e publicados.

Despacho n.º 14 531/2007

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), veio o Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, determinar a reorganização dos serviços centrais do Ministério da Saúde que integram a respectiva estrutura.

O modelo organizativo adoptado para a Direcção-Geral da Saúde veio a ser aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 66/2007, de 29 de Maio, que definiu a respectiva missão, especificou as inerentes atribuições e o tipo de organização interna, assente num modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 644/2007, de 30 de Maio, foi estabelecida a estrutura nuclear da nova Direcção-Geral da Saúde, sendo definidas as competências das respectivas unidades orgânicas.

O número máximo de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares da mesma Direcção-Geral da Saúde foi alvo de fixação através da Portaria n.º 660/2007, de 30 de Maio.

Pelo meu despacho n.º 11 518-A/2007, de 11 de Junho, proferido ao abrigo dos n.ºs 5 e 8 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, foram criadas as unidades orgânicas flexíveis que integram a estrutura da Direcção-Geral da Saúde, bem como as equipas multidisciplinares.

Assim, e considerando que na sequência desta reestruturação cessam as situações dos titulares de cargos dirigentes sendo, portanto, necessário proceder à nomeação de novos titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau para as unidades flexíveis agora criadas, a fim de garantir o normal funcionamento das mesmas;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Nomeio, em regime de substituição, o assistente da carreira médica de saúde pública do quadro do Centro de Saúde de Braga 1 mestre Mário Nélson Morais Freitas no cargo de chefe de divisão de Informação, Comunicação e Educação para a Saúde, dado ser detentor de aptidão e competência técnica para o exercício de tais funções, como decorre da nota curricular anexa ao presente despacho.

A presente nomeação produz efeitos a 11 de Junho de 2007, ficando o nomeado autorizado a optar pelo vencimento da sua categoria de origem, nos termos do n.º 3 da lei citada.

11 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Francisco George*.

Nota curricular

Identificação — Mário Nélson Morais Freitas, médico de saúde pública, nasceu em 1973, em Angola, e é casado.

Formação académica e profissional:

Licenciou-se em Medicina e Cirurgia, pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, tendo realizado o internato complementar de saúde pública no Centro de Saúde de Braga 1. Frequentou o curso de especialização em Saúde Pública, na Escola Nacional de Saúde Pública, e concluiu o internato complementar de saúde pública, em 2003, com a classificação final de 17 valores. Assistente da carreira médica de saúde pública, pertence ao quadro do Centro de Saúde de Braga 1 (após ter-se classificado em 1.º lugar no concurso às vagas abertas pelo aviso n.º 2511/2005). É adjunto do delegado de saúde de Braga (nomeado pelo despacho, do Ministro da Saúde, n.º 13 977/2006);

Frequentou e concluiu com aproveitamento os cursos de especialização em Hidrologia e Climatologia e Avaliação de Dano Corporal Pós-Traumático (na Universidade Porto) e Medicina do Trabalho (na Universidade de Coimbra).

Experiência profissional:

Coordena o serviço da saúde ocupacional, o serviço de estatística e o Gabinete de Documentação, Divulgação e Informação do Centro de Saúde de Braga (desde a sua criação), assim como a equipa de saúde escolar de Infias. Faz parte da equipa da consulta do viajante de Braga e do núcleo técnico de investigação do CSB. Coordenou a elaboração do plano de acção do CSB para a Pandemia de Gripe. É membro do grupo de trabalho Toxicoddependência e Alcoolismo da rede social de Braga e do conselho coordenador do Plano de Promoção da Saúde Mental do município de Braga;

Fez parte do Gabinete de Saúde Ocupacional da SRS de Braga, desde a sua criação até 2006, e da equipa técnica da comissão distrital de luta contra a SIDA de Braga. Integra o serviço de promoção da saúde do Centro Regional de Saúde Pública do Norte. Foi consultor da Direcção-Geral da Saúde para o Programa Nacional de Intervenção Integrada sobre Determinantes da Saúde Relacionados com os Estilos de Vida. Participou em múltiplas actividades de nível comunitário e em vários projectos de investigação comunitária;

É orientador de formação do internato complementar de saúde pública, tendo sido também orientador de formação de médicos internos do internato geral, do ano comum e do internato complementar de clínica geral; colaborou ainda na formação de médicos de internatos complementares hospitalares e na formação de profissionais de enfermagem e de carreiras técnicas;

Docente da licenciatura em Medicina, da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho, é responsável pelo ensino dos módulos de Saúde Pública, colaborando em todas as unidades curriculares da área científica de Saúde Comunitária; foi orientador de vários projectos de opção de alunos desta licenciatura. É também docente da licenciatura em Enfermagem da ESE Calouste Gulbenkian. Lecionou Saúde Pública no âmbito dos mestrados Exercício e Saúde (Faculdade de Motricidade Humana) e Sociologia da Saúde (Universidade do Minho); coordenou e leccionou a pós-graduação Epidemiologia Prática na Clínica (Universidade do Minho);

Apresentou comunicações em múltiplos encontros científicos e foi autor e co-autor de várias publicações escritas, em revistas científicas nacionais e internacionais;

Doutorando da Universidad de León, está a preparar o doutoramento pela Universidade do Minho (área de saúde pública);

É membro do Colégio da Especialidade de Saúde Pública da Ordem dos Médicos, da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública, da Associação Portuguesa de Epidemiologia e da Associação Portuguesa para a Promoção da Saúde Pública.

Despacho n.º 14 532/2007

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), veio o Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, determinar a reorganização dos serviços centrais do Ministério da Saúde que integram a respectiva estrutura.

O modelo organizativo adoptado para a Direcção-Geral da Saúde veio a ser aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 66/2007, de 29 de Maio, que definiu a respectiva missão, especificou as inerentes atribuições e o tipo de organização interna, assente num modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 644/2007, de 30 de Maio, foi estabelecida a estrutura nuclear da nova Direcção-Geral da Saúde, sendo definidas as competências das respectivas unidades orgânicas.

O número máximo de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares da mesma Direcção-Geral da Saúde foi alvo de fixação através da Portaria n.º 660/2007, de 30 de Maio.

Pelo meu despacho n.º 11 518-A/2007, de 11 de Junho, proferido ao abrigo dos n.ºs 5 e 8 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, foram criadas as unidades orgânicas flexíveis que integram a estrutura da Direcção-Geral da Saúde, bem como as equipas multidisciplinares.

Assim e considerando que na sequência desta reestruturação cessam as situações dos titulares de cargos dirigentes sendo, portanto, necessário proceder à nomeação de novos titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau para as unidades flexíveis agora criadas a fim de garantir o normal funcionamento das mesmas;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Nomeio, em regime de substituição, a assistente graduada da carreira médica de saúde pública do quadro da Sub-Região de Saúde de Setúbal licenciada Ana Cristina Martins Borges Costa da Fonseca no cargo de chefe de divisão de Segurança Clínica, dado ser detentora de aptidão e competência técnica para o exercício de tais funções, como decorre da nota curricular anexa ao presente despacho.

A presente nomeação produz efeitos a 11 de Junho de 2007, ficando a nomeada autorizada a optar pelo vencimento da sua categoria de origem, nos termos do n.º 3 da lei citada.

11 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Francisco George*.

Nota curricular

Identificação:

Ana Cristina Martins Borges Costa da Fonseca;

Nasceu em Vila Real de Santo António, distrito de Faro, em 15 de Novembro de 1957.

Formação académica e profissional:

1981 — licenciatura em Medicina na Faculdade de Medicina de Lisboa, Hospital de Santa Maria;

1987 — especialista em saúde pública;

1992 — especialista em saúde pública pela Ordem dos Médicos;

1996 — grau de consultor de saúde pública;

2000 — especialista em medicina do trabalho pela Ordem dos Médicos.

Funções exercidas:

1991 — adjunta do delegado de saúde do concelho de Setúbal e coordenadora do sector de saúde ocupacional do concelho de Setúbal;